

Infância na contemporaneidade: questões para os estudos sociológicos da infância

Childhood in the contemporary world: questions for
the sociological studies of childhood

Anete Abramowicz*
Andrea Braga Moruzzi**

RESUMO

A discussão que traçamos neste artigo é a de que há um arcabouço teórico sendo construído desde meados do século XX que concebe e constrói a criança a partir de outros elementos ou de mais elementos em relação aos construídos para a infância moderna. Existe, do ponto de vista que pretendemos elucidar, uma infância contemporânea que pode ser pensada a partir da noção de dispositivo. O dispositivo desenha, emoldura, enuncia e visibiliza formas de ver, sentir, brincar, pensar, mas, ao mesmo tempo, permite que a criança questione a infância emoldurada para ela. Além desta preposição, trazemos neste artigo os debates contemporâneos que giram em torno da ideia de infância e criança mobilizando nosso olhar para sua agência, considerando sua participação na dinâmica social, sua intervenção e sua produção cultural.

Palavras-chave: Infância. Contemporaneidade. Sociologia da Infância.

ABSTRACT

The discussion that we draw in this article is that there is a theoretical framework being constructed since the middle of the twentieth century, which conceives and constructs the child from other elements or more compared to those built for modern childhood. There is, from the point of view that we want to elucidate, a contemporary childhood that can be thought from the notion of apparatus. The apparatus draws, frames, enunciates and visualizes ways of seeing, feeling, playing, thinking, but at the same time allows the child to question the childhood that has been framed for her. In addition to this preposition, we bring in this article the contemporary debates that revolve around the idea of childhood and child mobilizing our view at their agency, considering their participation in social dynamics, their intervention and their cultural production

Key-words: childhood. Contemporaneity. Sociology of Childhood.

Introdução

O estudo realizado por Philippe Ariès (1960) já conhecido, discutido e também largamente criticado pelos seus procedimentos metodológicos, traz uma conceituação importante frequentemente revisitada – a criança. Para o historiador Francês a noção de infância pode ser compreendida como um sentimento social/histórico, um acontecimento que faz com que a sociedade diferencie a criança do adulto, criando, produzindo e sobrepondo-se

* Anete Abramowicz. Professora Titular do centro de Educação e Ciências Humanas da UFSCar. Bolsista produtividade Nível 1C CNPq. E-mail: anetabra@ufscar.br

** Andrea Braga Moruzzi. Professora Adjunta do departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas. E-mail: deab.moruzzi@ufscar.br

à criança maneiras específicas de se vestir, de se alimentar, de estar entre os adultos, e maneiras específicas de cuidado e de educação promovidos pelos adultos para as crianças. Esta forma de se relacionar com as crianças, e a emergência de uma especificidade construída e produzida para a criança, segundo o autor, emerge a partir do século XVIII e ele denomina de sentimento de infância.

A ideia de emergência é importante pois não designa uma origem, mas emergir significa que há um determinado momento em que se "dá a ver", em que se visibiliza e também se enuncia a criança a partir de diversas forças, entre elas: econômicas, sociais, estéticas, literárias, médicas, sanitárias, pedagógicas etc, que fizeram emergir a partir do século XVIII esta forma, que é vazia no sentido de sem essência, denominada criança.

A partir desta emergência da criança que denominamos "sentimento de infância" foi possível construir várias modalidades de vidas para as crianças, para algumas, até um mundo à parte, considerando que o mundo adulto não é adequado para elas ou que se deve inserir nele de maneira cuidadosa, protegida e tutelada. De alguma maneira começa um novo modo de controle das crianças, pela escola, pela mídia, pelos adultos, contemporaneamente pelos jogos eletrônicos etc.

O pioneirismo de Rousseau impulsiona a construção de matrizes teóricas sobre a criança/infância. Pestalozzi, Tolstoi, Froebel, Piaget, Vigostki, Wallon, entre outros, se debruçaram na compreensão de aspectos relacionados à criança e suas pesquisas são realizadas exclusivamente porque cada um deles produziu algo de particular na criança que precisava ser estudado, investigado e compreendido para que pudesse se construir para as crianças todo um modo também particular de se inserir na cultura.

Os estudos sobre a criança e a construção teórica sobre o que poderia vir a ser a infância foram pautados na noção de que a criança estava em momento frágil de sua vida humana, ao mesmo tempo em que era necessário um investimento para conter um enorme "desperdício econômico" com a mortalidade infantil e conter os "excessos" das crianças. Por um lado, correntes teóricas defendiam a proteção da criança, de sua inocência em relação ao mundo cruel e contaminado dos adultos. Por outro, evidenciava-se a falta de pudor e de vergonha da criança e a necessidade de educá-la e corrigi-la justamente para que pudessem viver junto com o mundo adulto. Ou seja, o vai-e-vem entre a criança em perigo e a perigosa. Psicologia, filosofia, biologia, pediatria, pedagogia, quando a criança emerge como forma, estas e outras áreas disputam o saber e o poder sobre ela, tendo como mote, em geral, uma visão protecionista ou liberacionista que contribuíram para construir e erigir a ideia de criança e de infância. A pedagogia se constrói também com base na existência de uma infância – mais especificamente com a existência da noção de que a criança precisa ser educada e corrigida. A infância ganha solidez na modernidade ainda que seja mais como um "dispositivo" (MORUZZI, 2012) - forças em confronto, na produção de formas - de conformação das crianças e de suas experiências.

O legado de Ariès está na conceituação inicial e na maneira de pautar uma emergência da criança e posteriormente da infância. A infância na modernidade, isto é, esta criança com uma infância construída a partir do século XVIII se pauta em pelo

menos duas noções centrais: o da proteção e o da provisão, além do controle sobre as crianças.

A discussão que pretendemos traçar neste artigo é a de que há um arcabouço teórico sendo construído desde meados do século XX que concebe a criança a partir de outros elementos ou de mais elementos em relação aos construídos para a infância moderna. Existe, do ponto de vista que pretendemos elucidar, uma infância contemporânea que pode ser pensada a partir da noção de dispositivo trazida por Foucault (1977) e Agamben (2007) e revisitada por diferentes autores Moruzzi (2012), Corazza (2000, 2002, 2011) e Naradowski (1995). O que pretendemos trazer neste texto são algumas linhas de discussões que compõem, o dispositivo da infância na contemporaneidade.

Estudos contemporâneos da infância

Rosemberg (2010) considera contemporâneo os discursos e as práticas provenientes de pelo menos dois estudos: Ariès (1960), sobre a História social da infância e da família”, publicado no Brasil na década de 1970 e a Declaração dos Direitos das Crianças publicada pela ONU em 1959, que por sua vez, sustentou os eixos indicados na Convenção Internacional sobre os direitos das crianças de 1989.

Em relação aos estudos de Ariès considerou-se pioneira a maneira pela qual o historiador mostrou a emergência da criança, como um sentimento construído histórico e socialmente e consolidado no século XVIII. Ariès (1960) indicou a existência de pelo menos três momentos históricos com diferentes representações sobre as crianças: (1) da antiguidade ao século XVII – sentimento inexistente; (2) século XIII ao século XVII – criança representada ora como adulto em miniatura, ora com representações sacras e angelicais – começa a surgir um sentimento que diferencia as crianças dos adultos e um primeiro sentimento de infância que Ariès (1960) chama de “paparicação”; (3) século XVIII ao século XX – sentimento de exasperação que leva a noção de que a criança precisa ser educada e protegida, por ser frágil e inocente. A criança passa a ser posta no centro da família nuclear, sob os cuidados e provisão dos adultos. Estas noções historicamente construídas permitem compreender a maneira pela qual se construiu um dos pilares para a infância – proteção e provisão.

A Declaração dos direitos das crianças de 1959 trouxe em seu texto esta concepção de fragilidade preconizando para a criança o direito de ser Protegida e o direito à Provisão de suas necessidades básicas – alimentação, moradia, cuidados da saúde, tutela de adultos etc, isto é, direitos que se associam ao bem estar das crianças (ALANEN, 2010). A Declaração dos direitos das crianças deu sustentação para a Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças, de 1989. O avanço deste último documento em relação ao primeiro está na inserção de mais um direito da criança: o direito à participação.

A concepção de que a criança é um sujeito portador de direitos incluindo, o direito à participação na dinâmica social, pode ser considerada uma inflexão importante para a transição de uma infância moderna para uma infância contemporânea. Os estudos sociológicos da infância têm partido desta percepção de criança e construído a partir de então uma série de debates oriundos desta nova abordagem.

Estudos sociológicos da infância ou Sociologia da Infância

Os estudos sociológicos da Infância ou Sociologia da Infância tiveram origens muito dispersas, mas surgiram em decorrência de reflexões postas pelos direitos das crianças, em especial pelos direitos de proteção e provisão. A condição de pobreza das crianças em diferentes partes do mundo chamou a atenção de pesquisadores que passaram a investir em teorias sobre o bem estar delas (ALANEN, 2010). Observou-se que as crianças, devido suas condições de “Imaturidade física e intelectual” (Declaração de 1959 e Convenção de 1989) estavam sendo pesquisadas no interior das instituições que deveriam zelar pelos seus direitos, entre elas a família e a escola.

Para Sirota (2001) as pesquisas sociológicas da infância no contexto francês analisado pela autora, surgiram em decorrência da crítica feita ao modo de conceber os processos de socialização das crianças na família e na escola. As pesquisas nesta vertente olhavam para as crianças procurando analisar o “papel” que elas tinham no interior destas instituições, isto é, o tipo de comportamento que se esperava delas como filho ou aluno, respectivamente. As bases epistemológicas destes estudos se opunham às preposições sociológicas de Durkheim e à compreensão de criança como de uma “tábula rasa” sobre a qual a sociedade imprimia seus valores sociais. A criança para a SI passa a ser vista não mais como passiva aos modos de socialização, mas ativa e ganha uma agência antes subsumida às concepções de campos científicos nos quais as crianças apareciam como paisagem, sem protagonismo. Ao mesmo tempo em que o nascimento da SI francesa advém na disputa entre campos científicos considerados nos termos postos por Bourdieu, na qual uma SI surge ao cindir campos teóricos fortemente consolidados: a sociologia da educação e a psicologia do desenvolvimento e do comportamento, fazendo emergir a criança com textura própria, visibilidade e portadora de direitos e com agência. Pretendia-se portanto, dar textura à criança, mostrar a maneira pela qual ela adquire agência, nas passagens das identidades individuais e familiares, para as identidades sociais, entre elas a entrada da criança na infância a partir de rituais próprios - como o aniversário analisado por Sirota (2009), entendida também, a infância, como uma estrutura social na qual diferentes gerações de crianças “habitam” (QVORTRUP, 1993).

Quinteiro (2002) localiza a entrada da criança no campo sociológico no Brasil a partir da obra de Florestan Fernandes publicada na década de 1940 por meio do texto

“As trocinhas do Bom Retiro”. Sabe-se atualmente que a obra de Florestan não foi a primeira sobre crianças no campo social, já que havia a obra de Virgínia Leone Bicudo (1945) realizada de maneira sincrônica ao de Florestan, mas não ganhou a mesma visibilidade que o dele. Entretanto, nesta visibilidade dada à obra de Florestan observamos que a inflexão sociológica posta pelo sociólogo está no interior do debate sobre a cultura. O folclore, um dos temas pesquisados em sua obra, era considerado uma cultura menor, uma subcultura e portanto pouco valorizada nas pesquisas do campo. Florestan não somente deu corpo aos estudos sobre o folclore como localizou nele as produções sobre as culturas infantis. Ou seja, “o foco principal de Florestan foi o de evidenciar os processos de socialização das crianças por meio daquilo que ele denominou de “cultura infantil” no debate com a “cultura adulta” (Abramowicz (org.), 2015). As culturas infantis eram as manifestações das crianças entre os grupos de crianças chamadas pelos meninos de “troças” ou “trocinhas”. O trabalho de Florestan inaugurou uma nova concepção de cultura, bem como, possibilitou para aos sociólogos um olhar sobre as crianças e sobre a pesquisa com crianças até então negligenciado, apesar de que ele não estava preocupado com as crianças, mas sim, com as bases e os suportes sociais da cultura e do folclore já que estava sob a atmosfera durkheimiana em meio a uma sociologia brasileira se constituindo. Vale ainda lembrar que neste texto Florestan trouxe sua marca e uma especificidade para os estudos sociológicos da infância no Brasil, ou seja, uma representação de criança e de infância atravessada por elementos étnicos, sociais, etários e de gênero.

Marcel Mauss, sobrinho de Émile Durkheim, escreveu o texto: “Três observações sobre a sociologia da infância” considerado inaugural da sociologia da infância francesa. O texto foi recuperado pelo professor Marcel Fournier, da Universidade de Montreal, e publicado pela Revista de Antropologia denominada Gradhiva, em 1996. Marcel Mauss apresentaria tal texto como comunicação em um Congresso da sociologia da infância em 1937. As questões postas por Mauss neste texto são ainda objeto de análise e debate no interior do campo da sociologia da infância. A infância como um meio social para a criança, o problema das gerações, as técnicas do corpo e a educação da infância fazem parte do repertório teórico da sociologia da infância, que vem cada vez mais se constituindo como um campo profícuo e fecundo de pesquisas tanto para a sociologia quanto para a educação¹.

A partir da década de 1990, as pesquisas em sociologia da infância ascendem com intensidade. É possível compreender que há pelo menos duas premissas fundamentais que desencadeiam os estudos sociológicos da infância: a primeira diz respeito à criança como sujeito portadora de direitos, deste modo tem agência, e a segunda diz respeito à infância como construção social histórica e não universal;

¹ MAUSS, Marcel. Três observações sobre a sociologia da infância. Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-244, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072010000300014&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7307201000030001>

terceiro – as crianças são atores sociais e deste modo, elas atuam na dinâmica social, transformando a história e a cultura, o que implica dizer que a criança atua positivamente e ativamente nos processos de socialização e são, acima disto, produtores de cultura. Por fim, as crianças são unidade de observação, isto é, são categorias sociológicas. Reitera-se portanto a qualidade de um “objeto” de pesquisa e a necessidade de se pesquisar este objeto mais intensamente.

As pesquisas nesta vertente são amplas. Em 1982, Chris Jenks apresentou em seu texto “constituindo a criança” um esforço de constituir a criança teoricamente, frente às abordagens que abandonavam as crianças “quer à ignorância e a um estatuto secundário, quer a uma diferença radical e a um mundo bipartido” (JENKS, 2002, p. 214). Desde então, e a partir de outras tantas publicações de autores diversos (vide, por exemplo, James, Jenks e Prout, 1998; Qvortrup, 1993, Corsaro, 1997, Alanen e Mayall, 2001), temos observado avanços constantes nos Estudos da Infância e das Crianças, no sentido de definir teoricamente os conceitos “criança” e “infância” e avançar no sentido de olhar para as crianças numa perspectiva social.

No interior da sociologia da infância podemos diagramar pelo menos 4 concepções que dialogam intensamente, em particular na Europa: a 'Sociologia do Discurso da Criança e da Infância' de James, Jenks e Prout fundamentada no pensamento pós-estrutural de Foucault, Deleuze, Guattari e Bataille; a 'Sociologia da Infância Estrutural' que vem sendo defendida por Jens Qvortrup, a partir de um referencial marxista; a 'Sociologia das Crianças' de William Corsaro respaldada na Sociologia de Goffman, Giddens e na Antropologia de Geertz e a 'Sociologia da Infância Relacional' de Leena Alanen e de Berry Mayall, assente na teoria de Pierre Bourdieu' (TEBET, 2013).

No Brasil, a sociologia da infância não aparece neste enquadre epistemológico, necessariamente, e se constitui como campo próximo da educação, em especial, a educação infantil; deste modo, muitas das pesquisas brasileiras em sociologia da infância se constrói com os aportes da psicologia, por vezes uma psicologia social. Os temas brasileiros presentes nos estudos sociais da infância presentes desde a década de 1970 são: "desigualdade social e marginalidade cultural; gênero, indicadores de desempenho escolar e de desigualdade social; concepção de criança e infância; educação infantil -concepção curricular, história e políticas públicas, jogo e brincadeira e relações étnico-raciais" (Abramowicz (org.), 2015). Verificamos, desta forma, a proximidade temática com o campo da educação.

Existem também as pesquisas que buscam compreender e evidenciar as manifestações das crianças, suas linguagens e formas de produzir cultura, no interior dos aportes antropológicos. Para tanto, sustenta-se nas pesquisas etnográficas e nas metodologias de pesquisa com crianças. A este respeito colocam-se também alguns impasses do qual destacaremos: o impasse entre o direito à participação e à proteção.

Proteção *versus* participação: algumas implicações para a pesquisa com e sobre crianças

As crianças têm direito à liberdade de expressão, de pensamento e de escolha. Estas são algumas das indicações postas pela Convenção de 1989. Esta máxima entra em atrito, em diferentes ocasiões, como direito à Proteção. Sonia Kramer no texto *Autoria e Autorização* (2005) trouxe algumas considerações sobre este debate. Se as crianças são consideradas “atores sociais” e “categorias sociológicas” está na base de uma sociologia da infância trazer à tona aquilo que a criança pensa, sente, bem como suas linguagens e representações sobre o mundo. Primeira problemática que se coloca ao “dar voz” às crianças, o pesquisador precisa considerar e avaliar se ao divulgar esta voz ele não está colocando em risco a própria criança. O depoimento de uma criança pode revelar situações de exploração, de abandono, de violência. Por um lado, trazer estas informações ao público pode visibilizar a criança e seu depoimento, de modo a romper com um silêncio que oculta a situação de opressão da criança. Por outro, torná-lo público pode provocar uma situação de mais vulnerabilidade à medida que o adulto denunciado se sentirá ameaçado e poderá rechaçar ainda mais a criança. Segunda questão, o desenho da criança. Coloca-se sobre isso algumas questões: como utilizá-lo sem fazer sobre ele uma interpretação equivocada/arbitrária, ou ainda, mesmo que perguntemos à criança o significado do seu desenho para ela, como garantir que este desenho não seja objeto de reprodução de identidades, de classificações, de patologizações, de respostas esperadas pelos adultos etc? Mais uma questão sobre os desenhos, como trazer a interpretação das crianças que não falam? E por fim, cabe interpretações nos desenhos das crianças, temos repertório teórico e metodológico para ler estes desenhos?

A pesquisa com crianças que produz dados sobre a(s) infância(s) parte do pressuposto de que as crianças precisam autorizar a investigação. Como adquirir a autorização em pesquisas realizadas sobre/com bebês? Não há uma relação de poder quando se investiga uma criança sem que ela tenha consentido a pesquisa? Ou mesmo, há interesse das crianças em serem “objetos” nas pesquisas?

A expressão “dar voz” também tem sido problematizada na medida em que se coaduna com a perspectiva adultocêntrica de supor que a voz de uma criança precisa ser consentida pelo adulto. É preciso considerar que a expressão tem origem nos estudos etnográficos e estes por sua vez originaram-se na Antropologia a partir dos estudos sobre comunidades nativas e/ou “primitivas”. A definição primitiva passa, sobretudo, pela criação ou denominação do que venha a ser comunidade “evoluída”, termo que vem sendo fortemente problematizado.

As pesquisas antropológicas que cunharam esta expressão – “dar voz”, ainda que tenham tornado visíveis certas comunidades e modos de vida, visibilizam também os sujeitos considerados “Outros”. Ao trazermos esta expressão para a pesquisa com crianças não podemos deixar de contextualizá-la. “Dar voz” significa conceber que as crianças só se expressam/falam mediante uma ação concedida pelo adulto e que a visibilidade da criança só ocorre mediante o encontro com o adulto. A

este respeito Qvortrup (2010) complementa o debate quando considera que só resolveremos o dilema da proteção em detrimento ao da participação quando ampliarmos e intensificarmos os debates sobre as relações de poder, as desigualdades existentes entre adultos e crianças. Que ponto de vista adotar para entender, compartilhar o ponto de vista da criança tem sido o obstáculo metodológico daqueles que trabalham com a perspectiva da SI.

Além disto, temos compreendido a infância enquanto um forte dispositivo que atua capilarmente sobre as crianças, produzindo-as e definindo uma mesma infância, sem que a própria criança tenha condições de se interrogar sobre ela. É nesta direção que os antropólogos da infância têm indicado a impossibilidade de pensar uma infância indígena longe do trabalho, ou mesmo se perguntando se infância é um conceito que faria sentido na criança indígena, já que ela se torna indígena de determinada aldeia pela via do trabalho e a infância é consagrada pela ausência de trabalho.

A criança constrói a infância

As crianças são prisioneiras políticas, dizia Godard –, mas são prisioneiras de prisioneiros, porque os adultos, por maioria de razão, também são prisioneiros políticos. Peter Pál Pelbart² em carta aos estudantes secundaristas afirma que nada mais verdadeiro do que pensar as crianças como prisioneiras políticas:

Não digo apenas na mão das famílias, das escolas, dos psicólogos, dos psiquiatras, dos pedagogos, da mídia, do mercado, dos jogos eletrônicos destinados a eles etc... É justo nos momentos em que a prisão revela sua arbitrariedade, e sua legitimidade é posta em causa, é justamente aí que aparece sua força e fragilidade, seu peso e sua vulnerabilidade, e fica evidente que grande parte de sua eficácia repousa sobre o medo e a intimidação. O mesmo se pode dizer dos secundaristas: no momento em que percebem que estão à mercê das instâncias várias do Estado incumbidas de decidir do seu destino com uma simples canetada, é justo quando percebem o quanto esse poder desmesurado pretende decidir sobre sua vida a mais cotidiana, é então que tudo se revira, pois é quando deixam de estar à mercê porque sentem o intolerável da situação, e não podem fazer diferente senão ir para o enfrentamento, para a resistência ativa e passiva, para as ruas, furando com grande ousadia o bloqueio midiático, o bloqueio militar, o bloqueio jurídico, o bloqueio do medo ou da intimidação (PELBART, 2016, s/p).

As crianças não podem fazer este enfrentamento que os secundaristas fizeram. Então, estão à mercê dos adultos e das forças que as querem alfabetizá-las

² Texto foi lido pelo Prof. Peter Pál Pelbart no Colégio Fernão Dias Paes, em 28 de abril de 2016, durante debate público em torno do tema da Ética, com a participação de Marilena Chauí, alunos, pais, professores e funcionários da escola, por iniciativa de Dalva Garcia, professora da escola e da PUC-SP. Na madrugada seguinte, alunos da escola resolveram retomar a ocupação em solidariedade à ocupação do Centro Paula Souza.

rapidamente, das forças que as querem iniciá-las precocemente à lógica do capital, da linguagem hegemônica, do poder, das hierarquias de cor e raça, da heteronormatividade, e tudo isto em nome de uma universalidade para construir "a criança".

Dissemos no início deste artigo que a essência da criança é vazia e por isto disputada. Ela foi na história construída como ingênua, pura, fruto do pecado capital, próxima a animalidade, sem razão e tantas outras conceituações que emergiram como verdade em contextos específicos, para se criar a criança como universal em oposição a uma criança enquanto única, impessoal, singular e múltipla (ABRAMOWICZ et al, 2009). Não há território e corpo mais disputado do que o da criança para atribuir-lhe uma essência e subjetividade. Precisamos nos esforçar na passagem de *a criança* para *uma criança* de maneira que uma criança seja possível pensar raça, gênero, sexualidade e classe social, como categorias "minoritárias".

Talvez o que as crianças tenham de mais potente seja a infância. O que é a infância? Foucault se pergunta se infância não constituiria justamente a liberdade de não ser adulto, de não depender da lei e de poder estabelecer relações polimorfas com as coisas, com as pessoas e com os corpos? (FOUCAULT, 1977, p. 235). É isto que a infância não pode mais: produzir o adulto e não ser produzida por ele.

Infância e pensamento crítico

Paolo Virno (2012), filósofo italiano e semiólogo, afirma "não é concebível um pensamento crítico que não seja também, em quaisquer de suas facetas, uma meditação sobre a infância" (VIRNO, 2012, p. 34). Ainda Virno nos coloca:

De Rousseau às comunas antiautoritárias de 1968, a atenção dos reformadores e revolucionários para com o ser humano principiante resultou em pedagogia. Isto é, na tentativa de colocar a formação da criança de acordo com o ideal de uma sociedade mais justa. Deste modo, menosprezou-se a autêntica questão: extrair da própria experiência infantil critérios e conceitos capazes de iluminar ulteriormente as relações sociais e de produção, mas também esboçar a crítica. Invertendo a perspectiva pedagógica, é da infância que é necessário esperar instruções (VIRNO, 2012, p. 34).

É a infância que deveria iluminar todas as pesquisas sobre crianças, o trabalho na educação infantil, as perspectivas singulares de se constituir experiências sociais, pois é ela quem carrega a possibilidade de mudança.

O que significa dizer que existe uma infância? Ao dizermos isto estamos dizendo muitas coisas, e coisas díspares. Por um lado, a infância é uma construção social, produzida e engendrada no interior de uma série de normas, de leis, de medidas, de pressupostos, que vão, dos filosóficos, aos teológicos, dos jurídicos aos pedagógicos e psicológicos. Estamos também e, sobretudo, convergindo com as discussões que

problematizam certa naturalização da infância, compreendida como fase de desenvolvimento da criança, ou como uma fase biológica do desenvolvimento humano, igualmente sobreposta a todas as crianças.

Ao contrário, nossa perspectiva é pensar de que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância, quando ela se apresenta como um dispositivo fabricado e, de certa maneira, garantidor de um funcionamento da sociedade. O nosso desafio é empreender um esforço posto por Deleuze e Guattari que concebem “a ideia de um adulto modulado pela criança, a ideia de que o homem precisa do devir criança para conseguir desfazer os modelos consensuais anteriores ao seu próprio pensamento (SCHÉRER, 2012, p. 66). Esta ideia é fabulosa, pois é a criança interrogando sua infância como uma possibilidade de resistir, enquanto um poder da vida se opondo ao poder sobre a vida. A própria ideia de infância como aquela capaz de descolonizar a pesquisa com crianças (ABRAMOWICZ, CRUZ, 2015).

René Schérer concebia também uma anterioridade do adulto sobre a criança, que é modelada à sua imagem. Uma das ideias centrais em que ele insiste é a de que existe uma anterioridade do adulto sobre a criança, que é ficcionada e modelada à sua imagem. O que faz com que a criança não seja mais do que uma potência, um potencial que a sociedade protege e põe de parte, como que em reserva, prometendo-lhe um futuro que por vezes a deixa desprovida de presente (SCHÉRER, 2012, p. 66). A questão é que há uma infância que modela a criança. Quem concebe a infância é o adulto, que a pensa de maneira pregressa, e assim retira a potência e a possibilidade de transformação que há na própria infância. A criança está empobrecida no aluno, no pequeno consumidor, empobrecida em ideias pré-concebidas de infância, por isto também, prisioneira política.

Sabemos já, infinitamente, que a infância é uma construção social, uma invenção territorializada na modernidade, com funções estratégicas muito específicas e oportunas.

O que pretendemos indicar é que se a infância é uma construção social, uma invenção, produzida de muitas maneiras, especialmente pelas normatizações jurídicas, torna-se um poderoso dispositivo do poder. Ou seja, a infância tem pensado e configurado a criança como um determinado aluno, determinada forma, estética, raça etc para uma infância e criança única. É nesta direção que a infância é também um dispositivo do poder. E ao mesmo tempo, é a própria criança que em seu devir resiste e interroga o dispositivo da infância, e isto é possível porque “o dispositivo é menos o determinismo que nos produz que o obstáculo contra o qual reagem ou não reagem o nosso pensamento e a nossa liberdade” (VEYNE, 2009, p. 102).

Referências

ABRAMOWICZ. Anete (Org.). *Estudos da Infância no Brasil - Encontros e Memórias*. 1ed. São Carlos: EDUFSCar, 2015.

ABRAMOWICZ. Anete, CRUZ, Ana C. “Cartografias em Educação Infantil: o espaço de diáspora”. In: FARIA, Ana L. G et all. *Infâncias e Pós-colonialismo: pesquisas em busca de Pedagogias descolonizadoras*. Campinas: Leitura Crítica, ALB, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. *Qu'est ce qu'un dispositif?* Paris: Editions Rivages, 2007.

ALANEN, Leena; MAYALL, Barry. *Conceptualizing child-adult relations*. London, New York: Routledge/Falmer, 2001.

ALANEN. L. Teoria do bem-estar das crianças. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 141, Tema em destaque: estudos sociais sobre a infância. p. 689-691, set./dez.2010.

ARIÈS, P. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris: Plon, 1960.

BICUDO, V. L. *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Tese (Mestrado em Ciências) – Divisão de estudos post-graduação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 1945.

CORAZZA, S. M. *Infância & Educação – Era uma vez... Quer que conte outra vez?* Petrópolis: Vozes, 2002.

CORAZZA, S. M. *O que faremos com o que fizemos da infância?* Apresentação de trabalho/Palestra. Universidade Federal do Rio grande do Sul – texto disponível em <[http://www.grupalfa.com.br/arquivos/eventos_trabalhos/TEXTOS%20SIMP%C3%93SIO%20\(SANDRA%20MARA%20CORAZZA\).pdf](http://www.grupalfa.com.br/arquivos/eventos_trabalhos/TEXTOS%20SIMP%C3%93SIO%20(SANDRA%20MARA%20CORAZZA).pdf)>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

CORAZZA, S. M. *História da infância sem fim*. 1ª. Ed. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 2000, v. 1.

CORAZZA, S. M. Os bons (?) e os maus (?): genealogia da moral da Pedagogia. In: CORAZZA, S. M. *Para uma filosofia do inferno na educação – Nietzsche, Deleuze e outros malditos afins*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 67-74.

CORSARO, W. *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks. California: Pine Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 20, n. 41, p. 43-61, jan./abr.2014, 58, Forge Press, 1997.

FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Paris: Collection Quarto, Gallimard, 2001

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*, vol. 1 - A vontade de saber. 3ª edição, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press, 1998.

JENKS, C. (ed.). *The Sociology of Childhood. Essential readings*. Brookfield, VT: Gregg Revivals, 1982; 2002 in Portuguese.

KRAMER, S. Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, julho/2002. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 41-59, julho/2002.

MAUSS, M. “Três observações sobre Sociologia da Infância”. *ProPosições*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-244, Dec.2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373072010000300014&lng=en&nrm=iso>. Accesson 12 Nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-7307201000030001>

MORUZZI, A. B. *A pedagogização do sexo das crianças: do corpo ao dispositivo da infância*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2012.

NARODOWSKI, M. *Infância e poder – a conformação da pedagogia moderna*. Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Unicamp, 1993.

PELBART, P. P. *Carta aberta aos secundaristas*. São Paulo, Editora N-1, 2016.

QUINTEIRO, Jucirema (2002). Sobre a emergência de uma sociologia da Infância: contribuições para o debate. In: *Perspectiva*. Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 137-162, jul./dez.2002.

QVORTRUP, Jens. Nine theses about “childhood as a social phenomenon. In: QVORTRUP, Jens. (Ed.). *Childhood as a social phenomenon: lessons from an international project*. Eurosocial Report 47. Vienna: European Centre, 1993.

ROSEMBERG, F., MARIANO, C. L. S. A convenção internacional sobre os direitos das crianças: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 693-728, set./dez. 2010.

SCHÉRER, R. (2009). *Infantis, Charles Fourier e a infância para além das crianças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

SIROTA, R. *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 23, n. 112, p. 7-31, mar.2001. (2001)

TEBET. *Isto não é uma criança*. Teorias e métodos para os estudos de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância Inglesa. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, UFSCar, 2013

VEYNE, P. *Foucault, o pensamento, a pessoa*. Lisboa: edições Texto & Grafia, Lda, 2009.

VIRNO, P. (2012) Infância e pensamento crítico. *Revista Imprópria*. Política e pensamento crítico, n. 2.

Recebido em 22/11/2016.

Aprovado em 20/12/2016.